

# A Pesquisa e o Ensino das Ciências Humanas: Mudanças e Tendências



**Denise Pereira  
Janaina de Paula do Espírito Santo  
(Organizadoras)**

# A Pesquisa e o Ensino das Ciências Humanas: Mudanças e Tendências



**Denise Pereira  
Janaina de Paula do Espírito Santo  
(Organizadoras)**

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista

Maria Alice Pinheiro

**Edição de Arte**

Luiza Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais

Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo

Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas

Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia

Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases

Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil

Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita

Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí

Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora

Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé

Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo

Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária

Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná

Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina

Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College

Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social

Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe

Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## A pesquisa e o ensino das ciências humanas: mudanças e tendências

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremona  
**Edição de Arte:** Luiza Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadoras:** Denise Pereira  
Janaína de Paula do Espírito Santo

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P474 A pesquisa e o ensino das ciências humanas [recurso eletrônico] :  
mudanças e tendências / Organizadoras Denise Pereira, Janaína  
de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF.

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5706-220-3

DOI 10.22533/at.ed.203202207

1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. 2. Metodologia.  
I. Pereira, Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula do.

CDD 001.42

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Um dos aforismos famosos do filósofo estóico romano Seneca é dizer que a pessoa quando ensina, aprende. De fato, a profunda relação entre ensinar e aprender é retomada, de tempos em tempos por diferentes pensadores de diversos países.

Essa preocupação se dá justamente por que, enquanto seres humanos estamos envolvidos, a todo momento com as distintas dimensões de ensinar e aprender e com a produção de conhecimento como um todo. Pensar, refletir aprender, são ações essencialmente humanas, momentos de construção de todo um escopo de experiências coletivas e individuais. Ainda que não esteja presente na frase de Sêneca do começo deste texto, outra dimensão nessa relação de ensinar e aprender é o ato de pesquisar. Não podemos dizer que a pesquisa figura exatamente como um “elemento oculto” do aforismo, (ou seja, que não é citado, mas está presente). Ainda assim, não é incorreto dizer que o ato de pesquisar é um sustentáculo de todo e qualquer ensino. De fato, não há ensino sem pesquisa, e não há pesquisa sem divulgação do saber o que é, de certa maneira, ensino.

A palavra pesquisa tem estado muito presente do nosso senso comum, nossa vida cotidiana, uma pesquisa pode envolver tanto a busca por menores preços, ou informações concretas para a tomada de uma decisão cotidiana qualquer, como também pode se referir a raciocínios e processos complexos e controlados em procedimentos substanciais de produção do conhecimento. Um modo de vida. Em comum, ambos os significados tem o fato de que a pesquisa é um elemento fundante da experiência humana. Na área de ciências humanas, as investigações feitas, como é da própria natureza da área, sempre existe um amálgama bastante presente entre pesquisa, seus métodos e paradigmas e o ensino. Neste sentido temos assistido, no século XXI uma mudança significativa. Se a sociedade muda e novas são suas demandas, aspirações e necessidades, muda também o entendimento dos diferentes fenômenos sociais e as exigências inerentes ao seu processo de ensino. Assim, no mundo em que vivemos com o crescimento do espaço ocupado pelo ambiente virtual, as demandas de conhecimento e do mercado de trabalho da atualidade, balizam mudanças constantes que visam entender esse movimento ininterrupto, suas transformações e tendências.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira  
Janaína de Paula do E. Santo

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS SOBRE BULLYING	
Laís Caroline Amaral de Almeida Luciana Aparecida Nogueira da Cruz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2032022071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>18</b>
A CONSTRUÇÃO DE UM PESQUISADOR A PARTIR DE SUAS IMPLICAÇÕES E INFLUÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE INSTITUCIONAL	
Mayhara Alves de Lima Aidecivaldo Fernandes de Jesus	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2032022072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
A EXTENSÃO COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO CONTINUADA - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
André Luis Quinelato Claudia Gallert Graziela Cantelle de Pinho Isadora Goedert Jacqueline Maria Duarte Lewandowski Jéssica Fernanda Wessler Ferreira Luzia Alves da Silva Silvana Lazzarotto Schmitt Telma Beiser de Melo Zara	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2032022073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>41</b>
A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO FRENTE A DIMENSÃO SOCIAL DO SUJEITO	
Maria Adalgiza Albuquerque Succi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2032022074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>55</b>
AÇÕES AFIRMATIVAS: VAGAS PARA GRUPOS SOCIAIS E ÉTNICO-RACIAIS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)	
Júlio César Xaveiro dos Santos Divina Aparecida Leonel Lunas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2032022075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>64</b>
EDUCAÇÃO DO CAMPO E MOVIMENTOS SOCIAIS: UM EXEMPLO TEÓRICO E PRÁTICO NO ESTADO DO PARÁ	
Joaquim Augusto Souza de Menezes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2032022076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>91</b>
ESTRATÉGIAS DE APROXIMAÇÃO PARA UM(A) “PESQUISADOR(A) EMANCIPADO(A)” NAS PESQUISAS EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	
Lara Brum de Calais	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2032022077</b>	

<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>106</b>
EXPANSÃO, ENADE E INDICADORES DE QUALIDADE DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Ana Lúcia Cunha Duarte	
Ana Beatriz Frazão da Silva	
Rafael Mendonça Mattos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2032022078</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>118</b>
FAZER PESQUISA EM HUMANIDADES HOJE, OU SOBRE OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO CAMPO CIENTÍFICO	
Rubens da Silva Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2032022079</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>134</b>
METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO INFANTIL: O ALUNO COMO PROTAGONISTA DA APRENDIZAGEM	
Larissa Andrade Silva	
Elisabete Tomomi Kowata	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20320220710</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>142</b>
O PAPEL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E AS TEORIAS CRÍTICAS: CONTRIBUTO DOS ENUNCIATIVOS CONTEMPORÂNEOS	
Fábio Brum	
Diego da Costa dos Santos	
Diogo Dias de Paula Muniz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20320220711</b>	
<b>CAPÍTULO 12 .....</b>	<b>153</b>
PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA: SAÍDAS POSSÍVEIS SOB A ÉGIDE DA DEMOCRACIA	
Humberto Teixeira Ramos	
Lilian Miranda Bastos Pacheco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20320220712</b>	
<b>CAPÍTULO 13 .....</b>	<b>171</b>
POR UM ENSINO TRANSDISCIPLINAR: UM ENSAIO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO	
Josimar Monteiro Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20320220713</b>	
<b>CAPÍTULO 14 .....</b>	<b>182</b>
QUEM REPRESENTA OS ESTUDANTES? DEMOCRACIA E UNIDADE NO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO CONTEXTO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA	
Isabella Yi Ni Vargas Chen	
Antonio Euzébios Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20320220714</b>	
<b>CAPÍTULO 15 .....</b>	<b>201</b>
RELAÇÕES INTERPESSOAIS: REFLEXOS NO ENSINO	
Jânia Félix de Jesus Ferreira	
Núbia de Fátima Félix Ferreira	
Altina Abadia da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20320220715</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>212</b>
FRACASSO ESCOLAR E EVASÃO: UM ESTUDO SOBRE A DIFICULDADE PARA LER E ESCREVER Karla Aparecida Zucoloto DOI 10.22533/at.ed.20320220716	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>217</b>
UM BREVE HISTÓRICO DAS FEIRAS DE CIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE/RR - 1997 A 2019 Marilene Kreutz de Oliveira Ivanise Maria Rizzatti Lenir Santos do Nascimento Moura Jesucina do Nascimento Moura Oliveira Eliaquim Barbosa Pereira DOI 10.22533/at.ed.20320220717	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>231</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>232</b>

## AÇÕES AFIRMATIVAS: VAGAS PARA GRUPOS SOCIAIS E ÉTNICO-RACIAIS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)

*Data de aceite: 01/07/2020*

*Data de submissão: 26/03/2020*

### **Júlio César Xaveiro dos Santos**

Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, Goiás,  
Brasil

### **Divina Aparecida Leonel Lunas**

Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, Goiás,  
Brasil

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo discutir as políticas de ações afirmativas na UEG, as concebendo como um instrumento para a concretização de direitos e para a inclusão. Neste contexto, a Constituição Federal de 1988 é apresentada demarcando a política afirmativa no país com a reserva de vagas em pleitos eleitorais para as mulheres e de vagas em cargos públicos para deficientes físicos. Sendo retratado que para acesso ao ensino superior as ações afirmativas aparecem na primeira década do século XXI e na UEG aparece através da Lei 14.832/04 com a reserva de vagas para alunos oriundos de escola pública, negros, indígenas e pessoas com deficiência. Posteriormente a resolução do Conselho Universitário nº 739 (2015) foi aprovada com vagas para refugiados e portadores de visto humanitário e através da

resolução de nº 858 (2017) foi reservado vagas para quilombolas. Desta forma, utilizando de pesquisa bibliográfica e de coleta de dados busca-se compreender como as cotas têm favorecido o ingresso de um grupo social e étnico-racial no ensino superior na UEG, defendendo um constante estudo destas ações para conferir a sua necessidade e efetividade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Vagas. Cotas. Inclusão.

### **AFFIRMATIVE ACTIONS: VACANCES FOR SOCIAL AND ETHNIC-RACIAL GROUPS AT THE STATE UNIVERSITY OF GOIÁS (UEG)**

**ABSTRACT:** This work aims to discuss affirmative action policies at UEG, conceiving them as an instrument for the realization of rights and for inclusion. In this context, the Federal Constitution of 1988 is presented outlining the affirmative policy in the country with the reservation of vacancies in electoral elections for women and vacancies in public positions for disabled people. It is portrayed that for access to higher education, affirmative action appears in the first decade of the 21st century and at UEG appears through Law 14.832/04 with the reservation of places for students from public schools, blacks, indigenous people and people

with disabilities. Subsequently, University Council Resolution No. 739 (2015) was approved with vacancies for refugees and holders of humanitarian visas and through Resolution No. 858 (2017), quilombola vacancies were reserved. Thus, using bibliographic research and data collection, we seek to understand how quotas have favored the entry of a social and ethnic-racial group in higher education at UEG, defending a constant study of these actions to check their need and effectiveness.

**KEYWORDS:** Education. Vacancies. Quotas. Inclusion.

## 1 | INTRODUÇÃO

As ações afirmativas para acesso ao ensino superior ainda não é um tema pacificado na sociedade, por isso é importante compreender a educação como um direito social, conquistado por meio de lutas e que deve ser buscado e defendido por todos, ainda que existam alguns preconceitos disfarçados e travestidos do discurso de igualdade e isonomia.

Ressalta-se que a dificuldade de acesso a direito daqueles concebidos como diferentes (integrantes de grupos sociais ou étnico-raciais) resulta em uma desigualdade estrutural sendo imprescindível a realização de ações efetivas, mas acima de tudo de políticas públicas que os inclua como usufrutuários de direitos.

Desta forma, as ações afirmativas que propiciam o acesso à educação são fundamentais por fornecer aos cidadãos conhecimento, autonomia e meios de usufruírem de bens e direitos antes impensados, além de colaborar para a construção de uma sociedade livre de barreiras entre pessoas e classes, com mais justiça social.

Partindo deste ponto, este trabalho busca compreender as políticas públicas de ações afirmativas trazendo algumas considerações desde o seu surgimento no exterior até a chegada em território brasileiro, para se entender como as políticas afirmativas que reservam vagas na Universidade Estadual de Goiás - UEG<sup>1</sup> tem contribuído para a diversidade e a inclusão de grupos sociais e étnico-raciais na universidade.

## 2 | MATERIAL E MÉTODOS

Por meio de pesquisa bibliográfica se buscará compreender as políticas de ações afirmativas dando ênfase nas suas modalidades aplicadas para acesso à UEG. Após esta etapa por meio da coleta de dados em documentos oficiais da instituição, como editais e resoluções, serão verificadas as quantidades e/ou porcentagens de vagas e o modo de implementação que cada política afirmativa preconiza.

---

1 A Universidade Estadual de Goiás (UEG) foi criada em 1999 pela Lei estadual 13.456 caracterizada por ter uma estrutura de multicampi, sendo a instituição de ensino superior, público e gratuito de maior abrangência no território goiano.

### 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações afirmativas podem ser classificadas como programas públicos ou privados que tem por objetivo conferir direitos a integrantes de grupos sociais desfavorecidos com vistas a um bem coletivo (FERES JÚNIOR et. al., 2018, p. 13). Santos Júnior (2016, p. 27-28) acrescenta que são políticas públicas que combatem a discriminação de ordem econômica, social, étnico-racial e de gênero, promovendo a democratização do acesso à educação, ao mercado de trabalho, igualando as oportunidades e dando voz às minorias oprimidas. “A essas políticas sociais, que nada mais são do que tentativas de concretização da igualdade substancial ou material, dá-se a denominação de ação afirmativa” ou, na terminologia do direito europeu, de “discriminação positiva” ou “ação positiva” (GOMES, 2001, p. 130).

Apesar das ações afirmativas serem importantes para a promoção e defesa de direitos este tema não está pacificado na sociedade e têm se mostrado como polêmico, levantando posicionamentos diferenciados. Neste sentido, para Feres Júnior et. al. (2018) ao olhar retrospectivamente os movimentos de reação às políticas de ações afirmativas estes seriam mais amenos se não fosse a grande mídia promovendo e articulando os movimentos anticotas. Em contrapartida pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) no ano de 2013 com pessoas de todas as regiões do país revela que “62% da população aprova simultaneamente a reserva de vagas em universidades públicas para estudantes negros, de baixa renda e da rede pública de ensino, enquanto 16% são contra”.

Diante deste cenário controverso, para pensar as políticas afirmativas na UEG é necessário salientar que ela se utiliza em seus processos seletivos de duas modalidades de ações afirmativas, sendo as cotas e a reserva de vagas extras. As cotas correspondem a uma porcentagem ou a uma parte das vagas que são reservadas para grupos sociais ou étnico-raciais. A reserva de vagas extras são vagas adicionais ou suplementares ao previsto para o curso. Mas, independente de modalidades aplicadas as cotas efetivamente fazem parte de um processo muito maior de inclusão, de promoção do bem-estar e de concretização de direitos, sendo a reserva de vagas nas instituições de ensino superior apenas uma das modalidades de ações afirmativas existentes no país e que tem sido construída ao longo dos anos.

No mundo, a Índia ao adotar as políticas de reserva para representação política na década de 1950 foi a pioneira a implantar ações afirmativas (FERES JÚNIOR et. al., 2018, p. 52). Todavia, um dos mais importantes expoentes das ações afirmativas foram os Estados Unidos da América (EUA) que começaram a adotar as políticas de ações afirmativas em 1960 (FERES JÚNIOR et. al., 2018, p. 56). Suas políticas de ações afirmativas visavam diminuir o racismo que estava enraizado na sociedade e diminuir a exclusão social do negro melhorando a sua qualidade de vida. Era “um momento de

reivindicações democráticas internas, expressas principalmente no movimento pelos direitos civis, cuja bandeira central era a extensão da igualdade de oportunidades a todos” (MOEHLECKE, 2002, p. 198).

Foi um longo e árduo processo que contou com a ajuda de diversas personalidades e presidentes, até que o Presidente John Fitzgerald Kennedy popularizou a expressão “ações afirmativas” no contexto de direitos civis assinando a Ordem Executiva nº 10.925 em 6 de março de 1961 (PERIA, 2004, p. 14) em um contexto de lutas pelos direitos civis. Assim, em resposta ao debate sobre o racismo que estava em evidência e aos movimentos sociais, a Lei dos Direitos Civis foi aprovada no Congresso Nacional, e assinada, no dia 02 de julho de 1964 no intuito de coibir a discriminação racial. O sucessor de Kennedy, Lyndon Baines Johnson, por meio de uma ordem executiva nº 11.246, de 1965, determinou que as empresas que contratassem com o governo deveriam comprovar a reserva de vagas para negros e mulheres. Porém, apesar destes e outros atos terem sido importantes, não fulminaram o racismo e novas ações tiveram que ser tomadas.

No Brasil é difícil cravar o início das políticas de ações afirmativas, porém o debate começou a tomar forma principalmente após 1968 com a manifestação favorável de servidores do Ministério do Trabalho e do Superior Tribunal do Trabalho para a criação de uma lei, que não chegou a ser elaborada (MOEHLECKE, 2002, p. 204), mas que reservaria uma porcentagem das vagas de emprego a pessoas de cor dentro das empresas dependendo do ramo da mesma. Em 1983, o projeto de Lei 1.332 foi elaborado pelo deputado federal Abdias Nascimento no qual previa uma série de ações compensatórias ao afro brasileiro e dentre elas a reserva de 20% de vagas para homens e mulheres negras no serviço público, no entanto, não foi aprovado este projeto pelo Congresso Nacional naquele momento (MOEHLECKE, 2002, p. 204).

Todavia, para Almeida e Teixeira foi “somente com o advento da Constituição de 1988, que trouxe inúmeras mudanças no quadro legal brasileiro, que as ações afirmativas puderam ser verdadeiramente aplicadas em favor das minorias sociais” (2011, p. 109). Isto fica exemplificado na Constituição Federal de 1988, no Título III (Da organização do Estado), Capítulo VII (Da administração pública), artigo 37 no inciso VIII, que estabelece que a lei reservará um percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e que a Lei definirá os critérios de sua admissão. Almeida e Teixeira acrescentam que:

A Constituição de 1988 trouxe como forma de defesa das minorias sociais a proteção do mercado de trabalho da mulher, licença maternidade, reserva de vagas para deficientes físicos no serviço público, reserva de 30% das vagas em pleitos eleitorais para as mulheres, 20% de vagas em cargos públicos para deficientes físicos, entre outras medidas (2011, p. 109).

Os anos de 1990 começaram então trazendo consigo algumas mudanças e em

1995, como fruto das reivindicações e das fortes pressões dos movimentos feministas a legislação eleitoral estabeleceu cota mínima de participação de mulheres em 30% para as candidaturas em todos os partidos políticos inaugurando a primeira grande política de cotas em nível nacional (MOEHLECKE, 2002, p. 205).

Em 1996 foi lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) pelo Ministério da Justiça (MJ) que solicitava que fosse realizado o desenvolvimento de políticas públicas compensatórias que promovessem socioeconomicamente a comunidade negra. Este documento trazia a orientação ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que considerasse os mulatos, os pardos e os pretos como integrantes do contingente da população negra e endossava a criação de ações afirmativas para acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, as universidades e as áreas de tecnologias de ponta (MOEHLECKE, 2002, p. 207).

Ressalta-se que vários órgãos e movimentos sociais ofereceram pressão ao Poder Público para que ele se posicionasse contra toda e qualquer forma de discriminação. Esta pressão fez com que as ações afirmativas fossem implementadas lentamente dentro das ações do governo, porém somente em 2001 as políticas de ações afirmativas começaram a ser tomadas pelo poder público quando o Ministro do Desenvolvimento Agrário assinou portaria criando cota de 20% para negros na estrutura do ministério nos quadros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e das empresas terceirizadas contratadas. Além disso, no final do ano o ministro da justiça assinou portaria na qual determinava a contratação até o final de 2002, de 20% de negros, 20% de mulheres e 5% de portadores de deficiência para o cargo de assessoramento do Ministério.

Santos Júnior lembra que “somente na primeira década do século XXI são criadas as políticas afirmativas, entre as quais a reserva de vagas-cotas para ingresso nas universidades públicas destinadas aos setores populacionais historicamente excluídos [...]” (2016, p. 25). Ele acrescenta ao estudar as “políticas de cotas para ingresso à educação superior que já são três as gerações da efetividade destas políticas: as Originais, de caráter Étnico-Racial, as Mistas (étnico-raciais e sociais) e as Sociais” (2016, p. 25).

A UEG começou a adotar um sistema de cotas, sendo este misto, com a aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO) da Lei nº 14.832, de 12 de junho de 2004. Tal legislação é oriunda de um projeto proposto pelo então governador do Estado de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Júnior, após vetar o projeto de Lei nº 27/2003, apresentado pelo deputado estadual Luis César Bueno. Cabe assinalar que a propositura do deputado, almejava instituir mecanismos de incentivo ao acesso de setores étnico-raciais historicamente discriminados em estabelecimentos públicos estaduais de ensino superior reservando no mínimo 10% do total das vagas existentes em cada período do ano letivo. Quanto este projeto foi aprovado na ALEGO o governador mandou o autógrafo de lei para análise da Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTEC) e a Procuradoria Geral do Estado, no entanto, “após avaliação seguindo a recomendação do Governo

de Goiás, os dois Órgãos Estaduais recomendaram pela não aprovação da proposta de projeto”(SANTOS JUNIOR, 2016, p. 61) sob o argumento de que o mesmo deveria ser aperfeiçoado com cotas sociais (SANTOS JUNIOR, 2016).

Desta forma, o projeto apresentado pelo governador a ALEGO foi fruto das contribuições e conclusões do Grupo de Trabalho (GT) criado por ele no âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Este GT foi composto por representantes da sociedade civil e acadêmica, por membros do movimento negro, integrantes da Universidade Estadual de Goiás, membros da Assembleia Legislativa de Goiás, além de professores e pesquisadores envolvidos e interessados na temática (SANTOS JUNIOR, 2016).

Como a proposta do GT foi aprovada ficou preconizado que para ingresso de estudantes nas instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação Superior haveria a reserva de vagas em todos os cursos de graduação para alunos oriundos da rede pública de educação básica, negros, indígenas e para pessoas com deficiência. Assim, atualmente nos termos desta legislação são reservados nestas instituições cotas de 50% nas seguintes proporções: 25% para estudantes oriundos de educação básica em escolas públicas, 20% para estudantes negros e 5% para estudantes indígenas e deficientes.

Conforme a Resolução do Conselho Acadêmico (CsA) nº 301, de 16 de maio de 2007, que regulamenta a implementação da Lei 14.832/04 os concorrentes as vagas de cotas ao se candidatar no processo seletivo da UEG, pleiteam primeiramente pelo sistema universal e posteriormente as vagas de cotas. Em virtude disto, não é raro os resultados oficiais apontarem que não houve cotista aprovado a aquelas vagas, enquanto de fato eles atingiram notas e foram classificados pelo sistema universal.

Para além desta Lei, o sistema misto de cotas adotado pela UEG é composto por outras duas ações afirmativas criadas e aprovadas internamente pela comunidade acadêmica por meio do Conselho Universitário. A primeira ação afirmativa foi disposta no programa de acesso à educação superior para refugiados aprovado pelo plenário do CsU por meio da Resolução nº 739, de 03 de dezembro de 2015, e foi posteriormente alterada pela Resolução CsU nº 743, de 27 de janeiro de 2016, passando a oferecer vagas para refugiados e portadores de visto humanitário. Estas resoluções determinam que em todos os cursos da UEG seja oferecida uma vaga suplementar nos cursos de graduação, nos cursos técnicos e/ou de formação continuada, além de vagas em cursos de aprendizagem da língua portuguesa. Elas ainda preveem a possibilidade de acesso as vagas ociosas nos cursos de graduação da UEG para este público.

A seleção destes discentes ocorre em processo seletivo anual para início dos estudos no primeiro do semestre do ano seguinte. Nos três editais já publicados as inscrições para o processo seletivo foram gratuitas e realizadas nas secretarias dos Câmpus. Outra curiosidade é que apesar das provas serem realizadas no mesmo dia das provas dos processos seletivos regulares, a prova para este grupo étnico é diferenciada atendendo as suas especificidades.

A segunda ação afirmativa aprovada internamente reserva duas vagas suplementares em todos os cursos para quilombolas. Ela foi instituída pela Resolução do CsU nº 858, de 11 de outubro de 2017. Nela o candidato que se autoidentifique quilombola realiza a mesma prova do processo seletivo de ingresso com os demais candidatos, mas a diferença consiste no fato de que ele concorre primeiro as vagas do sistema universal (sem reserva de vagas) e depois para a vaga de cotista. Somente caso não tenha obtido nota para ingressar pelo sistema universal ou como cotista que ele concorre as vagas suplementares exclusivas para quilombolas.

Certamente as ações afirmativas favorecem para a presença de um público diversificado na instituição, mas é necessário avançar nos processos de estudos da viabilidade destas políticas e da efetiva necessidade das mesmas. Esta ação é importante para subsidiar aos deputados da ALEGO que nos últimos anos têm tentado alterar com certa frequência a Lei nº 14.832/2004.

Para se ter uma ideia, o atual percentual de cota da universidade foi aprovada em 2017 por meio da proposição de nº 2017002891, de 03 de agosto de 2017, onde passou de 20% para 25% a reserva de vagas para estudantes concluintes da educação básica. Em 2018 foi aprovado por meio da proposição de nº 2017003537, de 14 de setembro de 2017, a reserva de 5% das vagas para alunos com idade igual ou superior a sessenta anos, mas não está vigorando devido ao veto do então governador José Eliton de Figuerêdo Júnior.

No ano de 2019 duas propostas foram apresentadas e estão tramitando na ALEGO para alterar a lei de cotas. A primeira proposição de nº 2019001694, de 05 de abril de 2019, já em fase de discussão e votação, pretende aumentar a vigência da Lei de 15 para 25 anos. A segunda proposição de nº 2019002703, de 15 de maio de 2019, pretende voltar a reserva de vagas para alunos da rede pública para 20% e acrescer 5% para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos que não tenha concluído curso superior. Cabe ressaltar que as duas proposições de reserva de vagas para idosos foram apresentadas pelo deputado estadual Diego Sorgatto.

Diante destas informações, fica latente a necessidade de se abrir então o diálogo com os setores competentes dentro da universidade e com os outros atores envolvidos para identificar os pontos positivos e negativos e se de fato tem-se alcançado os resultados almejados devendo-se buscar a eficácia e a eficiência desta política afirmativa que tem como um de seus princípios ser temporária. Além do mais, a correta e completa identificação destes atores envolvidos pode mostrar outros caminhos para a busca da emancipação dos beneficiários das cotas e para a verdadeira inclusão, além de dar subsídios para outras políticas sociais de acesso e permanência ao ensino superior.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho procurou-se mostrar que as ações afirmativas são ferramentas importantes para a neutralização dos efeitos da discriminação que podem ter origens diversas, mas que tem no seu cerne supostas diferenças entre os seres humanos. Assim, as ações afirmativas reafirmam um direito positivado constitucionalmente aos cidadãos, onde nestas ações é dispensado tratamento diferenciado a determinados grupos sociais ou étnico-raciais, de modo que a parcela da população historicamente excluída e sem igualdade de oportunidade tenham seus direitos resguardados.

Neste sentido a Lei 14.832/04 e as Resoluções do CsU nº 739 e de nº 858 ao dispor de vagas para o ensino superior para grupos vulneráveis como deficientes, negros, refugiados dentre outros, elas tem ajudado a criar circunstancias propícias em território goiano para que seja garantida a diversidade e o pluralismo nas diferentes esferas da vida social.

Ressalta-se que as ações afirmativas adotadas pela UEG mais do que garantir vagas a grupos étnico-raciais e sociais ao ensino superior, elas são fundamentais e imprescindíveis para que seja possível construir uma cultura de denúncia e de desnaturalização da posição subordinada de certos grupos sociais, pois isto efetivamente somente é possível por meio da educação e conscientização dos povos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Hélio Santos de. TEIXEIRA, Maria Cristina. Ações Afirmativas como Medida de Proteção das Minorias. **Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito**, v. 8, n. 8, 2011.

FERES JÚNIOR, João et al. **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

GOIÁS. **Lei 14.832, de 12 de julho de 2004**: Fixa cotas para o ingresso dos estudantes que menciona nas instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação Superior e dá outras providências. *Disponível em*: [http://www.gabcivil.go.gov.br/leis\\_ordinarias/2004/lei\\_14832.htm](http://www.gabcivil.go.gov.br/leis_ordinarias/2004/lei_14832.htm). *Acesso em*: 01 de maio de 2019.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **A recepção do instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional brasileiro**. Revista de Informação Legislativa. Brasília a. 38 n. 151 jul./set. 2001.

IBOPE. **62% dos brasileiros são favoráveis às cotas em universidades públicas**. Acesso em: 01 de maio de 2019. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/62-dos-brasileiros-sao-favoraveis-as-cotas-em-universidades-publicas.aspx>>.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

PERIA, Michelle. **Ação Afirmativa**: um estudo sobre a reserva de vagas para negros nas Universidades públicas brasileiras: o caso do estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS JÚNIOR, Ronaldo Rosa dos. **Política de Cotas para Ingresso na Educação Superior Pública: 10 anos na Universidade Estadual de Goiás (2005-2015)**. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Goiânia, 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Resolução CsA n. 301/2007: Estabelece critérios para implementação da Lei Estadual nº 14.832, de 12 de julho de 2004, que fixa cotas para o ingresso de estudantes oriundos da rede pública de educação básica; negros; indígenas e portadores de deficiências nas Instituições de Educação Superior integrante do Sistema Estadual de Educação Superior, nos seus cursos de graduação oferecidos de forma regular, para o Processo Seletivo da Universidade Estadual de Goiás-UEG.** Disponível em: [http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta\\_tipo\\_doc\\_legislacao/?funcao=lista\\_tipo\\_doc\\_legislacao&variavel=27&id\\_origem=8&tipo=CsA&ano=2007](http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=lista_tipo_doc_legislacao&variavel=27&id_origem=8&tipo=CsA&ano=2007). Acesso em: 01 de setembro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Resolução CsU n. 739/2015:** Institui na Universidade Estadual de Goiás o Programa de Acesso à Educação Superior para refugiados e portadores de visto humanitário no Brasil. Disponível em: <http://www.legislacao.ueg.br//referencia/7627>. Acesso em: 01 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. **Resolução CsU n. 858/2017:** Institui o Programa de Acesso à Educação Superior para Quilombolas da UEG. Disponível em: [http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta\\_tipo\\_doc\\_legislacao/?funcao=lista\\_tipo\\_doc\\_legislacao&variavel=27&id\\_origem=9&tipo=CsU&ano=2017](http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=lista_tipo_doc_legislacao&variavel=27&id_origem=9&tipo=CsU&ano=2017). Acesso em: 01 de maio de 2019.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Agricultura Familiar 64, 65, 66, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 88, 89, 165

Análise Institucional 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28

Aprendizagem 6, 7, 8, 11, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 60, 110, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 154, 156, 162, 201, 208, 212, 213, 214, 215, 216, 222, 223

Aprendizagem Ativa 134, 141

### B

Bullying 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16

### C

Campo 3, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 142, 146, 149, 151, 164, 166, 174, 176, 180, 189, 191, 199, 221, 223

Ciência 27, 29, 31, 39, 59, 60, 89, 95, 102, 104, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 143, 159, 166, 169, 173, 176, 205, 212, 214, 218, 219, 220, 222, 223, 225, 226, 228, 229, 230

Comunicação 7, 8, 118, 120, 121, 122, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 192, 194, 221, 222, 231

Conhecimento 5, 20, 21, 25, 26, 27, 31, 32, 36, 38, 40, 45, 47, 50, 53, 54, 56, 65, 72, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 103, 104, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 139, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 156, 159, 162, 165, 167, 168, 185, 186, 189, 194, 210, 211, 215, 218, 220, 223, 231

Construção do Conhecimento 103, 104, 134, 139

Cotas 55, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 75, 194, 195, 197

### D

Diário de Campo 91, 93, 98, 100, 101, 126

### E

Educação 1, 3, 4, 16, 17, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 75, 77, 78, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 132, 134, 135, 137, 140, 141, 142, 144, 145, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 197, 200, 201, 202, 206, 208, 210,

211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Emancipação 61, 91, 94, 99

ENADE 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117

Ensino 11, 16, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 45, 48, 49, 55, 56, 57, 59, 61, 62, 76, 77, 86, 87, 89, 91, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 134, 135, 136, 137, 142, 148, 149, 154, 156, 161, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 188, 189, 191, 193, 195, 200, 201, 202, 206, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Escola Democrática 1, 4

Expansão 106, 117

## F

Formação Continuada 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 60, 225, 226

Função Social 41, 44, 49, 51, 143, 196, 197

## I

Implicação 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 104, 192

Inclusão 32, 55, 56, 57, 61, 73, 87, 97, 197, 223

Indicadores de Qualidade 106, 107, 108, 110, 116, 117

## M

Metodologia 18, 21, 26, 27, 36, 39, 41, 78, 107, 117, 133, 134, 135, 136, 140, 176, 191, 192, 209, 213, 214, 222, 224, 229

Metodologias Ativas 134, 141

Moralidade 1, 3, 173

Movimentos Sociais 58, 59, 64, 65, 66, 68, 70, 73, 75, 86, 88, 156, 187, 192, 194, 199, 200

## O

Observação Participante 91, 93, 98, 99, 104

## P

Pedagógicas 41, 42, 49, 50, 51, 54, 86, 90, 149, 155, 161, 163, 167

Pesquisa 1, 2, 4, 5, 7, 8, 10, 11, 12, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 37, 38, 39, 41, 50, 55, 56, 57, 62, 64, 69, 79, 84, 86, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 133, 135, 142, 143, 144, 145, 150, 151, 153, 163, 167, 168, 169, 170, 190, 192, 193, 201, 202, 209, 211, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 228, 229, 230

Pesquisa Acadêmica 18, 22

Pesquisa de Campo 16, 91, 100

Pesquisador 5, 7, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 118, 119, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 149, 165, 224

Pós-Graduação 38, 63, 91, 106, 133, 142, 143, 145, 150, 151, 153, 171, 194, 217

Práticas 3, 16, 38, 41, 42, 49, 50, 51, 54, 74, 84, 86, 90, 95, 97, 100, 102, 103, 104, 105, 109, 118, 119, 120, 123, 125, 126, 128, 131, 132, 144, 145, 151, 155, 163, 167, 177, 200, 205, 216

Professor Mediador 134

Projeto de Extensão 29, 30, 31, 32, 38

Psicologia 1, 3, 17, 18, 20, 23, 24, 27, 28, 40, 91, 92, 104, 105, 120, 130, 151, 182, 186, 200, 214, 216, 219

## **S**

Sujeito Social 41, 44, 169, 204, 211

## **T**

Teorias Críticas 142, 145, 149, 150, 151

## **V**

Vagas 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 109

# A Pesquisa e o Ensino das Ciências Humanas: Mudanças e Tendências

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

Atena  
Editora

Ano 2020

# A Pesquisa e o Ensino das Ciências Humanas: Mudanças e Tendências

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

Atena  
Editora

Ano 2020